

Argo Energia
Empreendimentos e
Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
de 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino n.º 1400, Conjunto Térreo ao 801.
Bairro Chácara Santo Antônio
CEP 04719-911- São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na



formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço dos contratos de concessão

Veja a nota explicativa 3.8, 8 e 26 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Assunto

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 apresenta saldo de ativo de concessão no montante de R\$ 7.623.758 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo de concessão.

A modelagem financeira utilizada pelas controladas da Companhia na mensuração do ativo de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Durante o exercício de 2023 o valor dessa contraprestação variável reconhecida foi de R\$ 336.702 mil, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

Devido à relevância do valor da contraprestação variável e ao grau de julgamento para determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas variáveis acumuladas reconhecidas não irá ocorrer, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Revisão dos cálculos elaborados pelas controladas da Companhia para mensuração da contraprestação variável, incluindo avaliação sobre a adequação da modelagem financeira adotada e precisão matemática do cálculo;
- Comparação do IPCA mensal utilizado pelas controladas da Companhia no cálculo da contraprestação variável com os dados de inflação oficiais;
- Análise dos fatores considerados pelas controladas da Companhia para determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer; e
- Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço do contrato de concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tomadas em conjunto.



Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	85	149	28.214	25.813	Fornecedores	14	4.057	593	35.778	27.677
Títulos e valores mobiliários	5.1	153.388	48.714	529.636	397.459	Encargos sociais e trabalhistas	15	-	-	21.580	16.057
Contas a receber de clientes	6	-	-	96.660	81.233	Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	829	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	4.501	3.202	13.039	64.240	Obrigações tributárias	16	84	54	16.424	15.267
Tributos a compensar	10	12	-	473	381	Obrigações regulatórias	17	-	-	10.392	9.295
Dividendos a receber	13.5	96.352	31.840	132	132	Dividendos a pagar	-	11.383	25.694	11.383	25.694
Contas a receber - Partes relacionadas	23	-	-	3.220	3.136	Ações preferenciais resgatáveis	18	-	206.461	-	206.461
Ativo da concessão	8	-	-	936.126	902.162	Empréstimos e Financiamentos	19	182.700	225.853	326.478	374.256
Despesas pagas antecipadamente	7	10	11	4.369	9.682	Debêntures	20	-	-	68.778	52.828
Outros ativos	-	-	5	31.325	21.668	Provisões	21	-	-	12.708	20.669
Total do ativo circulante		254.348	83.921	1.643.194	1.505.906	PIS e Cofins diferidos	22	-	-	83.322	80.317
						Outros passivos	-	10.194	16.894	42.876	20.240
NÃO CIRCULANTE						Total do passivo circulante		208.418	475.549	630.548	848.761
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	13.209	16.894	170.071	157.213	NÃO CIRCULANTE					
Ativo da concessão	8	-	-	6.687.632	6.515.714	Empréstimos e Financiamentos	19	-	-	2.718.334	2.777.136
Investimentos	13	5.278.152	5.118.865	2.388.320	2.303.644	Debêntures	20	-	-	497.446	542.195
Imobilizado	11	-	-	25.973	26.300	Outros passivos	-	-	-	1.663	-
Intangível	12	-	-	153.508	159.938	Provisões	21	-	-	9.530	10.000
Outros ativos	-	39.032	39.035	9.675	3.407	Contingências Passivas	24	-	-	2.893	-
Total do ativo não circulante		5.330.393	5.174.794	9.435.179	9.166.216	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	1.247.116	1.131.459
						PIS e COFINS diferidos	22	-	-	594.520	579.405
						Total do passivo não circulante		-	-	5.071.502	5.040.195
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
						Capital social		2.618.483	2.618.483	2.618.483	2.618.483
						Reservas de capital		(86.721)	(86.721)	(86.721)	(86.721)
						Reserva de lucros		2.844.561	2.100.997	2.844.561	2.100.997
						Dividendos adicionais propostos		-	150.407	-	150.407
						Total do patrimônio líquido		5.376.323	4.783.166	5.376.323	4.783.166
TOTAL DO ATIVO		5.584.741	5.258.715	11.078.373	10.672.122	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.584.741	5.258.715	11.078.373	10.672.122

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção, construção de infraestrutura e outras		-	-	137.447	269.822
Remuneração financeira do ativo de concessão		-	-	1.029.471	1.034.849
Revisão tarifária periódica		-	-	(50.143)	-
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		-	-	(118.384)	(127.003)
RECEITA LÍQUIDA	26	-	-	998.391	1.177.668
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	27	-	-	(57.794)	(43.453)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	27	-	-	(1.278)	(19.057)
LUCRO BRUTO		-	-	939.319	1.115.158
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	27	(1.681)	(7.085)	(37.358)	(46.960)
Outras despesas e receitas operacionais	27	(13)	-	1.359	5.917
Amortização do direito de concessão	13	(7.220)	(2.365)	(7.220)	(2.365)
Resultado da equivalência patrimonial	13	636.605	624.882	178.859	13.898
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		627.691	615.432	1.074.959	1.085.648
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	28	6.647	11.049	62.874	80.509
Despesas financeiras	28	(35.492)	(51.306)	(404.612)	(441.755)
		(28.845)	(40.257)	(341.738)	(361.246)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		598.846	575.175	733.221	724.402
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	29	-	-	(18.250)	(4.901)
Diferido	29	-	-	(116.125)	(144.326)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		598.846	575.175	598.846	575.175
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	30	0,3404	0,3269	0,3404	0,3269

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	598.846	575.175	598.846	575.175
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>598.846</u>	<u>575.175</u>	<u>598.846</u>	<u>575.175</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	de capital	legal	Incentivos fiscais	de lucros a realizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		528.483	(86.721)	51.409	-	1.494.413	150.407	-	2.137.991
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	575.175	575.175
Aumento de capital	25	2.090.000	-	-	-	-	-	-	2.090.000
Constituição de reserva legal	25	-	-	28.758	-	-	-	(28.758)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(5.464)	(5.464)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	(14.536)	(14.536)
Constituição de reserva de lucro	25	-	-	-	-	526.417	-	(526.417)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.618.483	(86.721)	80.167	-	2.020.830	150.407	-	4.783.166
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	598.846	598.846
Constituição de reserva legal		-	-	29.942	-	-	-	(29.942)	-
Constituição de reserva de lucro		-	-	-	-	563.215	-	(563.215)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25	-	-	-	-	-	-	(5.689)	(5.689)
Constituição de Reserva de Lucros por Reversão de Dividendos		-	-	-	-	150.407	(150.407)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.618.483	(86.721)	110.109	-	2.734.452	-	-	5.376.323

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		598.846	575.175	598.846	575.175
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o					
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	116.125	144.326
Imposto de renda e contribuição social correntes	29	-	-	18.250	-
Provisão para PIS e Cofins diferidos	22	-	-	18.120	34.806
Amortização do direito de concessão - Aquisição Argo III e IV	13	7.220	2.365	7.220	2.365
Remuneração do ativo de concessão	8	-	-	(1.029.471)	(1.034.849)
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	8	-	-	-	(111.749)
Receita de operação e manutenção	8	-	-	(139.012)	(29.343)
Receita de construção	8	-	-	(1.553)	(128.730)
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	28	(6.460)	(11.049)	(61.801)	(80.509)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(636.598)	(624.882)	(178.854)	(13.898)
Depreciação e Amortização	11 e 12	-	-	3.345	2.698
Provisões de contingências passivas	24	-	-	2.893	-
Juros e correção monetária sobre empréstimos	19	25.677	25.938	302.938	393.489
Juros e correção monetária sobre debêntures	20	-	-	71.751	-
Amortização do custo de transação	19	-	-	(8.268)	-
Amortização dos custos de transação sobre debêntures	20	-	-	297	-
Remuneração de ações preferenciais	28	-	24.165	-	24.165
Caixa gerado pelas operações		(11.315)	(8.287)	(279.173)	(222.054)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(15.427)	(26.556)
Amortização do Ativo da concessão	8	-	-	964.154	938.220
Contas a receber (partes relacionadas)	23	-	-	(84)	(3.136)
Despesas pagas antecipadamente	7	1	-	5.313	(8.674)
Tributos a compensar	10	(12)	2.290	(92)	(31.705)
Outros créditos	8	8	326	(9.657)	9.493
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	(1.299)	-	52.950	-
Outros créditos LP		-	-	(6.269)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	14	3.464	190	8.101	3.037
Imposto de renda e contribuição social	29	-	-	-	5.005
Encargos e obrigações trabalhistas	15	-	-	5.523	3.289
Obrigações tributárias	16	30	(66)	1.157	2.414
Obrigações regulatórias	17	-	-	1.097	2.733
Provisões	21	-	-	(8.431)	2.753
Provisões para Contingências	24	(6.700)	-	-	17.864
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(468)	-
Outros passivos		-	332	24.299	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(19.170)	(9.256)
Caixa líquido gerado/usado nas atividades operacionais		(15.823)	(5.215)	723.823	683.427
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	(5.088)	(6.876)
Baixa de imobilizado e intangível		-	-	1.280	-
Aquisição de controlada líquida do caixa adquirido		-	(410.086)	-	(410.086)
Aporte de capital em controlada		-	(67.328)	-	-
Aporte de capital de empreendimentos de controladas em conjunto	13	-	(2.290.001)	-	(2.290.001)
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	5.1	(179.293)	(182.500)	(761.166)	170.435
Resgates em títulos e valores mobiliários	5.1	79.204	277.954	672.173	(15.857)
Dividendos recebidos		405.579	428.960	94.178	-
Caixa líquido gerado/usado nas atividades de investimento		305.490	(2.243.001)	1.377	(2.552.385)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	164.846	200.000	164.846	200.000
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	19	(200.000)	-	(317.006)	(141.722)
Pagamento de principal de debêntures	20	-	-	(56.356)	-
Pagamento de juros de empréstimos	19	(33.676)	-	(249.090)	(239.750)
Pagamento de remuneração de ações preferenciais	18	(200.000)	(21.447)	(200.000)	(21.447)
Aporte de Capital		-	2.090.000	-	2.090.000
Pagamento de juros de ações preferenciais	18	(6.461)	-	(6.461)	-
Pagamento de juros de debêntures	5.2	-	-	(44.491)	-
Resgate Fundos Vinculados - Caixa restrito		19.418	(16.894)	24.421	(9.419)
Aplicação em Fundos Vinculados - Caixa restrito		(13.858)	-	(18.662)	-
Dividendos pagos		(20.000)	(3.348)	(20.000)	(3.348)
Caixa líquido gerado/usado nas atividades de financiamento		(289.731)	2.248.311	(722.799)	1.874.314
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(64)	95	2.401	5.356
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	149	54	25.813	20.457
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	85	149	28.214	25.813
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(64)	95	2.401	5.356

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios e ganho de eficiência	-	-	1.553	29.343
Receitas relativas à operação e manutenção	-	-	139.012	111.749
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	-	-	1.029.471	128.730
Outras receitas e Parcela variável (PV)	-	-	(10.526)	1.034.849
Revisão tarifária da concessão	-	-	(50.143)	(4.506)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros	(1.783)	(7.085)	(30.801)	(54.001)
Custo de construção	-	-	(1.278)	-
Custo de Operação e Manutenção	-	-	(5.432)	-
Outros	(9.671)	-	(37.451)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	(11.454)	(7.085)	1.034.405	1.246.164
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(7.220)	(2.365)	(9.680)	(5.532)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(18.674)	(9.450)	1.024.725	1.240.632
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	636.605	624.882	178.732	13.898,00
Outras receitas operacionais	-	-	-	5.917
Receitas financeiras	7.035	11.049	65.659	80.509
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	624.966	626.481	1.269.116	1.340.956
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	624.966	626.481	1.269.116	1.340.956
Pessoal				
Remuneração direta	-	-	46.813	51.919
Benefícios	-	-	22.517	5.276
FGTS	-	-	12.704	1.720
	-	-	11.592	44.923
Impostos, taxas e contribuições				
Tributos federais	443	-	248.768	296.479
	443	-	248.768	296.479
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	25.677	51.306	374.689	417.382
	25.677	51.306	374.689	417.382
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	598.846	575.175	598.846	575.175
Lucros retidos	5.689	20.000	5.689	20.000
	593.157	555.175	593.157	555.175

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

	Classificação	Participação - %	
		31/12/2023	31/12/2022
Argo Transmissão de Energia S.A. (“Argo I”)	Controlada	100%	100%
Argo II Transmissão de Energia S.A. (“Argo II”)	Controlada	100%	100%
Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”)	Controlada	100%	100%
Argo IV Transmissão de Energia S.A. (“Argo IV”)	Controlada	100%	100%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“ARGEB”)	Controlada em conjunto	62,5%	62,5%

a) Argo I

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Argo I assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada; LT 500kV Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km; LT 500kV Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km; Subestação Bacabeira 500 kV; Subestação Parnaíba III 500 kV e Compensador Estático (-150/300) Mvar; Subestação Acaraú II 500 kV; Subestação Tianguá II 500 kV; e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e

demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I teve um investimento total de aproximadamente R\$ 2.230.000. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$ 404.961 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 603.805 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, a Companhia obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira – Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 – ANEEL.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma, antecipando parcialmente o início de recebimento da RAP em cerca de 21 meses. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Em janeiro de 2020, ocorreu a entrada em operação definitiva, quando a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema a TLD (Termo de Liberação Definitivo) para incorporação ao Sistema Nacional Integrado. O ganho proveniente desta entrada antecipada em operação foi de R\$ 742.483 mensurado considerando o fluxo proporcional da RAP de 21 meses descontada a valor presente e foi reconhecido no resultado daquele exercício.

b) Argo II

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Argo II assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, - 90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo II finalizou a construção total do empreendimento, e conseqüentemente reconheceu o ganho na entrada em operação pós recebimento do TLD (Termo de Liberação Definitivo) da ANEEL em fevereiro de 2022. O montante de ganho reconhecido no resultado daquele exercício foi de R\$ 89.571. A RAP anual foi determinada em R\$ 39.400 (valor histórico) e atualizada para R\$ 55.814 (valor para o ciclo 2023-2024), com recebimentos mensais.

c) Argo III

Em 7 de março de 2017, a Cobra Brasil Serviços, Comunicação e Energia S.A. (“Cobra Brasil”), ex-acionista da Companhia, foi declarada vencedora do Lote 32 do Leilão Público ANEEL nº 05/2016, realizado na BM&FBOVESPA para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica.

No dia 10 de agosto de 2017, a Argo III assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 49/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão.

As instalações de transmissão que estão localizadas no estado de Rondônia, são compostas pela Linha de Transmissão Samuel - Ariquemes, C4,230 kV, com extensão de 145 km; Linha de Transmissão Ariquemes - Ji-Parana, C4, 230 kV, com extensão de 165 km; Compensador Síncrono de Reativos na SE 230 kV Ji-Parana de (-90+150) Mvar; Compensador Síncrono de Reativos na SE 230 kV Ariquemes de (-90+150) Mvar; Novo pátio de fc9 kV na Subestação Coletora Porto Velho, 2x (90+10) MVA; Novo pátio de 138 kV na Subestação Jaru, (3+1) 16,7 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia e a Cobra Brasil assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Guaporé Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”).

A Argo III finalizou a construção total do empreendimento, e conseqüentemente reconheceu o ganho na entrada em operação pós recebimento do TLD – (Termo de Liberação Definito) da ANEEL em fevereiro de 2022. O montante de ganho reconhecido no resultado daquele exercício foi de R\$ 22.178.

Em junho de 2023, foi publicada a revisão tarifária da concessão da Argo III que através da Resolução Homologatória nº 3.205/2023, em decorrência da revisão da RAP ofertada no Leilão pelo recálculo do custo de capital de terceiros através da atualização da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e TRM (Taxa Referencial de Mercado), estabeleceu um percentual, em termos reais, de revisão tarifária de - 1,89% para a RAP do ciclo 2023-2024.

A Resolução Homologatória nº 3.216/2023 não contemplou a revisão tarifária apurada neste período, esta divergência foi objeto de consulta junto a ANEEL. Após a consulta a Argo III tem considerado no seu resultado a RAP do contrato de concessão determinada em aproximadamente R\$ 72.447 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 98.004 (valor para o ciclo 2023-2024), revisada e a parcela referente a revisão tarifária tem sido reconhecido no passivo até que o Regulador contemple a revisão tarifária através da publicação de uma nova resolução.

d) Argo IV

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia e a Rialma III Transmissão de Energia S.A. assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Rialma Transmissora de Energia III S.A., antiga denominação social da Argo IV Transmissão de Energia S.A. (“Argo IV”). A Argo IV é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09

de junho de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP.

Tem por objeto a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao lote 30, objeto de leilão da ANEEL, composto pelas instalações localizadas no estado de Piauí, Pernambuco e Ceará, compostas pela linha de transmissão Milagres II, Queimada Nova II, em 500 kv com extensão aproximada de 322 km, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 11 de agosto de 2017 e do Edital do Leilão ANEEL nº 05/2016.

A Companhia finalizou a construção total do empreendimento em julho de 2021, e o investimento total foi de aproximadamente R\$ 465.848. A Receita Anual Permitida (“RAP”) do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$ 63.900 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 86.422 (valor para o ciclo 2023-2024), A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo IV.

Em junho de 2023, foi publicada a revisão tarifária da concessão da Argo IV que através da Resolução Homologatória nº 3.205/2023, em decorrência da revisão da RAP ofertada no Leilão pelo recálculo do custo de capital de terceiros através da atualização da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e TRM (Taxa Referencial de Mercado), estabeleceu um percentual, em termos reais, de revisão tarifária de -3,55% para a RAP do ciclo 2023-2024. A Resolução Homologatória nº 3.216/2023 não contemplou a revisão tarifária apurada neste período. Esta divergência foi objeto de consulta junto a ANEEL. Após a consulta a Argo IV tem considerado no seu resultado a RAP revisada e a parcela referente a revisão tarifária tem sido reconhecido no passivo até que o Regulador contemple a revisão tarifária através da publicação de uma nova resolução.

e) ARGEB

A ARGEB é uma sociedade anônima, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 02 de agosto de 2022.

A ARGEB tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 31 de dezembro de 2023, a ARGEB detém 100% de participações societárias nas companhias: Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Argo V”), Argo VI Transmissão de Energia S.A. (“Argo VI”), Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Argo VII”), Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. (“Argo VIII”), Argo IX Transmissão de Energia S.A. (“Argo IX”).

Controlada ARGEB	Contrato de concessão	Vigência	RAP Atualizada	RAP Histórica
Argo V Transmissão de Energia S.A	Nº 17/2014	30 anos	98.802	45.569
Argo VI Transmissão de Energia S.A	Nº 18/2014	30 anos	94.748	48.835
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S. A	Nº 05/2015	30 anos	255.473	144.600
Giovanni Sanguinetti transmissora de energia S.A	Nº 11/2017	30 anos	160.484	114.558
Argo IX Transmissão de Energia S.A	Nº 17/2017	30 anos	181.441	130.510

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro “*IFRS – International Financial Reporting Standards*”, emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

(a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

(b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.

(c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 31 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 29).

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

1.1 Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (controladora).

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática de conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.

- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento no qual as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A Companhia divulga os dividendos recebidos como atividades de investimento nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que são inerentes aos investimentos realizados pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais eliminações no processo de consolidação foram as seguintes:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas.
- Participações no capital e reservas das empresas consolidadas.
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

1.2 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

1.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) **Classificação dos instrumentos financeiros**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

3.3. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

3.4. Ativos intangíveis e ágio

A Companhia reconhece um ativo intangível mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Além disso, como resultado de combinação de negócios a Companhia reconhece o direito de exploração da concessão das empresas adquiridas com intangível mensurado pelo valor justo na data da aquisição e amortizado pelo tempo restante do contrato de concessão de tal adquirida.

3.5. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de suas linhas de transmissão e consequentemente operação estarem situadas na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, as controladas da Companhia possuem incentivo de redução, com período de fruição de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Benefício fiscal – Lei do Bem

Devido ao fato de as controladas da Companhia realizarem investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com o objetivo de gerar inovação tecnológica no setor elétrico e por serem optante do regime de Lucro Real, conforme definido na Lei 11.196/2005 as controladas da Companhia (Argo I, Argo III e Argo IV) obtiveram o direito ao benefício da redução na alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido considerando o percentual definido na lei para os dispêndios em atividades de PD&I.

3.7. Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.8. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);

Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);

O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.9. Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) / IAS 07 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.10. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.11. Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo da concessão

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), à medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. As taxas de remuneração do ativo de contrato variam entre 8,85% a 9,67% ao ano.

Adicionalmente, A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao

Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 336.702, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo da concessão

Conforme descrito acima o Ativo da concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo de contrato da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “PIS e COFINS diferidos” no passivo não circulante.

3.12. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros e ativos de concessão

Um ativo financeiro e ativo de contrato não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida

e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.13. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.14. Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2023
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2023
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2023
Alterações ao CPC 37 (R1) / IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2) / IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018–2020	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2024

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2024
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

3.2 Combinação de Negócios

Combinação de negócios são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

33.2 Aquisição de Investidas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 31 de janeiro de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da ARGO IV. Considerando que a concessão é firmada com o Poder Concedente, regulada pela ANEEL e que os contratos de concessão estabelecem um direito de receber caixa sem nenhum risco de demanda (RAP), a Companhia identificou e avaliou o valor justo dos ativos e passivos com base no pronunciamento técnico CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios.

O ativo de contrato da concessão da controlada foi avaliado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos foram reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e a característica do contrato de concessão.

Período de mensuração do “Purchase Price Allocation (PPA)” – Devido ao surgimento de novas evidências e informações relacionadas a eventos e circunstâncias existentes na data de aquisição, a Companhia recalculou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”. Dessa forma, a Companhia efetuou a alocação entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição, de acordo com quadro baixo:

Data de aquisição	31/01/2022
Participação	100%
Contraprestação Contingente (a)	15.200
Contraprestação Transferida (b)	410.243
Contraprestação Transferida + Contraprestação Contingente	425.443
<u>Valor contábil do PL</u>	<u>282.161</u>
<u>Valor alocado na aquisição</u>	<u>143.282</u>
Alocação de direito de concessão (c)	139.690
Alocação como garantia de fornecedores (d)	39.036
Alocação do IR/CSLL Diferidos Passivo (e)	(35.402)

- (a) Valor retido da contraprestação transferida que foi tratado como contraprestação contingente.
- (b) O valor da contraprestação transferida líquido do caixa adquirido é de R\$ 410.086 que é referente a contraprestação transferida total no montante de R\$ 410.243 subtraído do caixa de R\$ 157 adquirido da Argo IV Transmissão de Energia S.A. em 31 de janeiro de 2022.
- (c) Conforme ICPC 09 (IFRS 10) a alocação definida como direito de concessão foi de R\$ 104.246, sendo classificado como investimento na controladora líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.
- (d) Reconhecimento de garantia de fornecedores relacionado a passivo contingente dentro da empresa adquirida, reconhecido como outros créditos na controladora e apresentado como redutora do saldo de fornecedores no consolidado.
- (e) Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre o direito de concessão.

Abaixo se encontram os ativos adquiridos e os passivos assumidos na aquisição da Argo IV em 31 de janeiro de 2022:

	<u>31/01/2022</u>
Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	157
Contas a receber	7.838
Impostos a recuperar	225
Adiantamentos a fornecedores	1
Despesas antecipadas	292
Ativo contratual de concessão	<u>83.610</u>
	92.123
Ativo Não circulante	
Aplicações financeiras vinculadas	9.776

Despesas antecipadas	411
Ativo contratual de concessão	823.098
Imobilizado	26
	<u>833.311</u>
Total do ativo	<u>925.434</u>
	<u>31/01/2022</u>
Passivo Circulante	
Fornecedores e contas a pagar	40.902
Obrigações tributárias	696
Obrigações trabalhistas	127
Empréstimos e financiamentos	18.857
Taxas regulamentares a pagar	434
Outros passivos	730
	<u>61.746</u>
Passivo Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	316.930
Tributos diferidos	197.271
Contas a pagar às partes relacionadas	67.326
	<u>601.079</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	105.500
Reserva legal	15.654
Reservas de lucros	161.007
Total do patrimônio líquido	<u>282.161</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>925.434</u>

As práticas e os critérios contábeis adotados pela Argo IV Transmissora de Energia S.A. estão alinhadas com as práticas contábeis adotadas pelo grupo.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	85	149	28.214	25.813
Total	85	149	28.214	25.813

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1. Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários (*)	153.388	48.714	529.636	397.459
Total	153.388	48.714	529.636	397.459

(*) Aplicações financeiras realizadas em CDB de instituições financeiras e em Fundos Santander e Itaú Referenciados DI, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 105,00% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102% do CDI no período findo em 31 de dezembro de 2022). As carteiras dos fundos são compostas exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2. Não Circulante - Fundos vinculados – Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Conta Reserva (**)	13.209	16.894	170.071	157.213
Total	13.209	16.894	170.071	157.213

(**) Controladora: inclui fundos em garantia relacionada a transação de compra do investimento Argo IV, e no Consolidado: para fins de garantia da operação da primeira emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES, o montante equivalente a 2,80% sobre o valor desembolsado referente ao financiamento com o BNB e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento de renda fixa com títulos públicos referenciado DI no Banco Bradesco com remuneração média de 98,12% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (90,4% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	96.660	81.233
Total	96.660	81.233

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a vencer	79.202	75.149
Títulos vencidos em até 30 dias	595	-
Títulos vencidos em até 90 dias	9.276	1.502
Títulos vencidos há mais de 90 dias	7.587	4.582
Total	96.660	81.233

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar (*)	10	11	719	704
Outras despesas a apropriar (**)	-	-	3.650	8.978
Total	10	11	4.369	9.682

(*) Refere-se as apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 19.

(**) Refere-se a Fianças bancárias Argo IV.

8. ATIVO DA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)

8.1 Composição do Ativo da Concessão-Consolidado

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção	4.922.145	4.253.887
Receita de remuneração do ativo de contrato/ Variação Monetária	4.445.649	3.223.616
Revisão tarifária da concessão	(50.144)	-
Recebimentos	(3.015.664)	(1.246.069)
Receita de operação e manutenção	467.539	332.209
Ganho de eficiência (*)	854.233	854.233
Total	7.623.758	7.417.876

Classificados como:

Circulante	936.126	902.162
Não Circulante	6.687.632	6.515.714

(*) Reconhecimento pela entrada antecipada da operação da controlada Argo I, Argo II e Argo III. O valor foi mensurado considerando a antecipação da RAP adicional trazida a valor presente quando da conclusão definitiva da construção e recebimento da TLD – Termo de Liberação Definitivo para a operação interligada ao SIN sem pendências emitido pela ONS – Operador do Sistema Nacional.

8.2 Margens de Obrigações e Performance

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Margem de Construção		
Receita	1.553	29.343
Custos	<u>(1.278)</u>	<u>(19.057)</u>
Margem (R\$)	<u>275</u>	<u>10.288</u>
Margem Percebida (%)	17,71%	35,05%

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Margem de O&M		
Receita	139.012	128.730
Custos	<u>(57.794)</u>	<u>(43.453)</u>
Margem (R\$)	<u>81.218</u>	<u>85.277</u>
Margem Percebida (%)	58,43%	66,24%

8.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.978.757
Receita de construção	29.345
Receita de remuneração do ativo de contrato/ Variação Monetária	1.017.403
Receita de operação e manutenção	128.730
Recebimentos	(848.107)
Ganho de eficiência	111.748
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.417.876
Receita de construção	1.553
Receita de remuneração do ativo de contrato/ Variação Monetária	1.029.471
Receita de operação e manutenção	139.012
Recebimentos	(964.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.623.758

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.501	3.202	13.039	64.240
Total	4.501	3.202	13.039	64.240

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS a compensar	-	-	11	15
COFINS a compensar	-	-	70	70
ISS a recuperar	-	-	27	27

INSS a recuperar	-	-	8	4
ICMS a recuperar	-	-	199	127
Outros tributos a compensar	12	-	158	138
Total	12	-	473	381

11. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

11.1. Composição do imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações, obras e benfeitorias	4,48%	1.510	(77)	1.433	884
Máquinas e equipamentos	6,71%	26.371	(5.914)	20.457	17.957
Veículos	13,16%	4.582	(1.738)	2.844	6.625
Móveis e utensílios	5,24%	1.580	(341)	1.239	834
Total		34.043	(8.070)	25.973	26.300

11.2. Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2021	Adições/Baixas	Reclassificações	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Edificações, obras e benfeitorias	-	-	884	-	884
Máquinas e equipamentos	16.908	3.311	(971)	(1.291)	17.957
Veículos	6.868	3.123	(2.408)	(958)	6.625
Móveis e utensílios	1.044	(91)	(37)	(82)	834
Total	24.820	6.343	(2.532)	(2.331)	26.300

	Saldos em 31/12/2022	Adições/Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Edificações, obras e benfeitorias	884	618	(70)	1.432
Máquinas e equipamentos	17.957	5.954	(1.863)	22.048
Veículos	6.625	(4.706)	(667)	1.252
Móveis e utensílios	834	511	(106)	1.239
Total	26.300	2.377	(2.706)	25.971

12. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

12.1. Composição do intangível

	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	4.793	(1.445)	3.348	1.278
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	25.226	(4.291)	20.935	21.823
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IV	138.315	(9.090)	129.225	136.837
Total	168.334	(14.826)	153.508	159.938

12.2. Movimentação do intangível

	31/12/2021	Adições/baixas	Amortização	31/12/2022
Softwares	1.111	533	(366)	1.278
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	22.712	-	(889)	21.823
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IV	-	138.315	(1.478)	136.837
Total	23.823	138.848	(2.733)	159.938

	31/12/2022	Adições/baixas	Amortização	31/12/2023
Softwares	1.278	2.709	(639)	3.348
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	21.823	-	(888)	20.935
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IV	136.837	(1.280)	(6.332)	129.225
Total	159.938	1.429	(7.859)	153.508

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

13.1. Investimentos (Controladora)

	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	5.160.780	4.994.273
Direito de Concessão (*)	117.372	124.592
Total	5.278.152	5.118.865

(*) Refere-se ao valor justo do direito de concessão na aquisição dos ativos da controlada.

13.2. Investimentos (Consolidado)

	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	2.388.320	2.303.644
Total	2.388.320	2.303.644

A movimentação dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial é conforme segue:

Investidas	Saldo em 31/12/2022	Amortização do direito de Exploração III e IV	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Argo I (a)	1.867.824	-	(236.866)	(95.295)	351.648	1.887.311
Argo II (a)	275.496	-	-	(356)	35.564	310.704
Argo III (a)	164.730	(888)	(22.827)	(250)	27.184	167.949
Argo IV (a)	507.049	(6.332)	(20.000)	(319)	43.470	523.868
Argeb (b)	2.303.766	-	(94.178)	-	178.732	2.388.320
Total	5.118.865	(7.220)	(373.871)	(96.220)	636.598	5.278.152

(a) Empresas controladas

(b) Empresa controlada em conjunto

13.3. Controladas

As controladas são concessionárias de transmissão de energia elétrica. As informações relevantes, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controladas, está demonstrada a seguir:

Controladas	31/12/2023						
	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Lucro das controladas
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.846.429	5.846.429	1.887.308	351.648
Argo II	38.045.000	100%	38.045	551.726	551.726	310.705	35.564
Argo III	116.250.000	100%	116.250	957.005	957.005	147.013	27.184
Argo IV	172.825.949	100%	172.826	1.014.055	1.014.055	427.432	43.348
			826.932	8.369.215	8.369.215	2.772.458	457.744

13.4. Empreendimento Controlado em Conjunto

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes:

Negócios em conjunto	31/12/2023						
	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Lucro
Argeb	9.048.628	62,5%	3.664.001	4.567.775	(746.462)	(3.821.313)	285.970

13.5. Dividendos a receber

A Companhia tem o seguinte saldo de dividendos a receber de suas controladas e controlada em conjunto:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos a Receber- Argo I	95.295	26.877
Dividendos a Receber- Argo II	356	4.831
Dividendos a Receber- Argo III	250	-
Dividendos a Receber- Argo IV	319	-
Dividendos a Receber- Argeb	132	132
Total	96.352	31.840

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	4.057	593	35.778	27.442
Outros	-	-	-	235
Total	4.057	593	35.778	27.677

15. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2023	31/12/2022
Salários	974	-
Provisão de bônus	12.434	9.963
Provisão de férias	4.806	2.673
Encargos trabalhistas	3.366	3.421
Total	21.580	16.057

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	73	54	16.000	14.725
ICMS - Diferencial de alíquota	-	-	10	-
ISS de terceiros	-	-	85	243
Outros tributos	11	-	329	299
Total	84	54	16.424	15.267

17. OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para P&D	9.049	6.779
Encargos regulatórios a recolher (*)	1.343	2.516
Total	10.392	9.295

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

18. AÇÕES PREFERÊNCIAS RESGATÁVEIS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	31/12/2023	31/12/2022
Ações preferenciais resgatáveis	-	200.000
Juros	-	6.461
Total	-	206.461

Em 20 de fevereiro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$ 200.000 remunerados à taxa CDI. Os pagamentos dos dividendos fixos são pagos semestralmente, sendo o último pagamento realizado 28 de abril de 2023 no montante de R\$ 15.218,04.

O resgate ocorreu em 28 de abril de 2023, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizavam 38.155.607. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Argo Energia Empreendimentos e Participações S. A	5,24169	1,76143	3,48026

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$ 67.208, e parte como reserva especial de ágio no montante de R\$ 132.792. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo).

Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora

	Saldo em 31/12/2022	Aquisição	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2023
Banco Itaú – NP (e)	225.938	-	(200.000)	(33.676)	7.612	(126)
Banco Itaú – NC	-	165.000	-	-	18.065	183.065
(-) Custo a amortizar	(85)	(154)	-	-	-	(239)
Total	225.853	164.846	(200.000)	(33.676)	25.677	182.700

Classificado como:

Circulante	225.853	182.700
Não circulante	-	-

Consolidado

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Juros e Variação monetária	Custos a amortizar	Saldo em 31/12/2023
BNDES (a) - Argo I	1.775.635	-	(85.895)	(163.377)	175.312	-	1.701.675
BNDES (b) - Argo III	658.680	-	(6.619)	(21.737)	62.968	-	693.292
BNDES (c) - Argo II	194.192	-	(8.081)	(8.615)	17.633	-	195.129
BNDES (d) - Argo IV	318.039	-	(16.411)	(21.685)	21.348	-	301.291
Itaú (e) (f) - Argo	225.938	165.000	(200.000)	(33.676)	25.677	-	182.939
(-) Custos a amortizar	(21.092)	(154)	-	-	-	(8.268)	(29.514)
Total	3.151.392	164.846	(317.006)	(249.090)	302.938	(8.268)	3.044.812

Classificado como:

Circulante	374.256	326.478
Não circulante	2.777.136	2.718.334

- Em 9 de abril de 2018, a controlada Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica que fazem parte do escopo do projeto. Em 31 de dezembro de 2019, o total captado é de R\$ 1.543.357. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de dezembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de novembro de 2035.
- Em 3 de junho de 2019, a controlada Argo III firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 465.000, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica que fazem parte do escopo de seus projetos. O contrato de financiamento será remunerado pelo IPCA adicionado de 5,30% de juros. Esse contrato de financiamento será pago em 240 (duzentos e quarenta)

prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de março de 2023, com liquidação prevista para 15 de março de 2043.

- c) Em 08 de julho de 2019, a controlada Argo II celebrou, com a interveniência da Companhia, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0290.1 junto ao BNDES, no montante de R\$ 152.180, destinado à implantação das instalações de transmissão de energia elétrica objeto do Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – Segunda Etapa, de 28 de outubro de 2016, conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2017-ANEEL, de 10 de fevereiro de 2017, e posteriores aditivos. O contrato de financiamento será remunerado pelo IPCA adicionado de 4,49% de juros. Esse financiamento será pago em 247 (duzentos e quarenta e sete) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de setembro de 2022, com liquidação prevista para 15 de abril de 2043.
- d) Em 28 de junho de 2019, a Argo IV firmou o contrato de financiamento nº 183.2019.754.9368 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB) no montante de R\$ 340.017, remunerado pela taxa de juros 2,281% a.a. + IPCA corrigido pela inflação. O contrato de financiamento será pago em 216 (duzentas e dezesseis) prestações mensais com os seus vencimentos todo dia 15 com liquidação prevista até 15 de julho de 2039.
- e) Em 21 de janeiro de 2022, a Companhia firmou contrato de 1ª emissão de Notas Promissórias com o Banco Itaú S.A., no montante total de R\$ 200.000 destinados a recursos captados para pagamento do preço de aquisição das ações de emissão da Argo IV Transmissão de Energia S.A. Elas serão remuneradas em 100% do CDI + taxa de juros spread de 1,30% ao ano. A liquidação ocorreu em parcela única em 27 de março de 2023 do principal e juros incorridos.
- f) Em 22 de março de 2023, a Companhia firmou contrato de 1ª emissão de notas comerciais escriturais com o Banco Itaú S.A., em série única, no montante de R\$ 165.000 destinados a composição de capital de giro e alongamento do passivo financeiro da emitente. Sobre o valor nominal unitário incidiram juros remuneratórios de 100% da variação acumulada do CDI acrescidos de spread de 1,30% a.a., o vencimento em parcela única está previsto para 21 de março de 2024.

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	76.916
2026	144.742
2027	154.449
2028 em diante	<u>2.342.227</u>
Total	2.718.334

Garantias

Argo I

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de novembro de 2021 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Argo II

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo II;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de novembro de 2021 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato

Argo III

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo III;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Argo IV

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo IV;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão. Conta reserva do serviço da dívida constituído com recursos no valor equivalente a 2,80% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento) do valor efetivamente desembolsado correspondente a R\$9.531.000,00.

Cláusulas restritivas

A Companhia, por meio de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A controladas possuem as seguintes cláusulas:

Argo I

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

Argo II

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

Argo III

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

Argo IV

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou cláusulas restritivas de financiamentos vigentes.

A Administração da Companhia e de suas controladas faz o constante acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de financiamentos.

20. DEBÊNTURES (CONSOLIDADO)

Única emissão de debêntures

Em 27 de julho de 2018, a Controlada Argo I realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL.

Movimentação das debêntures

	Saldo final 31/12/2021	Juros e Variação monetária	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Custos de transação	Saldo final 31/12/2022	Juros e Variação monetária	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Custos de transação	Saldo final 31/12/2023
Debêntures 1ª Emissão	606.995	78.287	(43.455)	(47.051)	247	595.023	68.896	(56.356)	(41.636)	297	566.224
Total	606.995	78.287	(43.455)	(47.051)	247	595.023	68.896	(56.356)	(41.636)	297	566.224
Classificado como:											
Circulante						52.828					68.778
Não Circulante						542.195					497.446

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	34.409
2026	55.928
2027	57.744
2028 em diante	349.365
Total	<u>497.446</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como *compliance* com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realizam o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

21. PROVISÕES (CONSOLIDADO)

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão, as controladas Argo I, II, III e IV estimaram os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de compensação ambiental, regularização das áreas de servidão, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compromissos socioambientais	8.931	19.577
Outras provisões	13.307	11.092
Total	22.238	30.669
Classificado como:		
Circulante	12.708	20.669
Não circulante	9.530	10.000

22. PIS E COFINS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% (3,65% para a ARGO II) das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	624.916
Constituição	115.038
Amortização	(80.232)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	659.722
Constituição	112.651
Amortização	(94.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	677.842

Classificados como:

Circulante	83.322
Não circulante	594.520

23. PARTES RELACIONADAS

O saldo do passivo com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 3.220 (R\$ 3.136 em 31 de dezembro de 2022), representa despesas incorridas a serem recebidas das empresas do grupo.

	Parte relacionada	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Ativo	Ativo	Resultado	Resultado
Contas a Receber	Argo V	612	405	2.321	3.202
Contas a Receber	Argo VI	357	364	1.937	670
Contas a Receber	Argo VII	1.108	1.046	4.983	5.690
Contas a Receber	Argo VIII	493	620	3.186	340
Contas a Receber	Argo IX	650	701	3.736	4.601
Total		3.220	3.136	16.163	14.503

23.1. Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303 e R\$ 7.161, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo I. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas é parte em demanda de natureza trabalhista em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. A provisão para as perdas decorrentes dessa demanda é estimada e atualizada pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, na opinião de seus assessores jurídicos externos, não há processos judiciais e administrativos cujo prognóstico de perda seja provável, nos quais a Companhia figura como ré (não havia montante em 31 de dezembro de 2022).

Consolidado

	<u>31/12/2022</u>	<u>Provisões</u>	<u>31/12/2023</u>
Cível (b)	-	81	81
Trabalhistas (a)	-	2.812	2.812
Total	-	2.893	2.893

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, a Argo I na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, estes processos perfazem o montante de R\$ 2.812 (não havia montante em 31 de dezembro de 2022).
- (b) Em 31 de dezembro de 2023, a Argo IV, na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, estes processos perfazem o montante de R\$ 2.186 (não havia montante em 31 de dezembro de 2022), deste montante a Companhia já havia registrado R\$ 2.105 como passivo de Fornecedores e, portanto, não constituiu nova provisão.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia e suas controladas são parte em processo e risco, no qual a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre ele foi constituída. A reclamação relacionada a perda possível perfaz o montante de R\$ 12.338 (R\$ 9.654 em 31 de dezembro de 2022).

25. PATRIMONIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito é de R\$ 2.618.483, totalmente integralizado, sendo representado por 1.759.419.386 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Acionistas				
Red Electrica Brasil Holding Ltda.	879.710	50%	879.710	50%
Grupo Energia Bogotá S.A.	879.710	50%	879.710	50%
Total	1.759.420	100%	1.759.420	100%

25.1 Reservas de Lucros

(a) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

(b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 563.215 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

Em 2023, a Companhia aumentou a reserva de lucro através da reversão de dividendos adicionais no montante de R\$ 150.407.

25.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 5.689 a título de dividendos mínimos obrigatórios

26. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção	1.553	29.343
Ganho de eficiência	-	111.749
Receita de remuneração do ativo da concessão	1.029.471	1.034.849
Revisão tarifária da concessão (a)	(50.143)	-
Outras receitas	(3.118)	-
Receita de operação e manutenção	139.012	128.730
Parcela Variável e outras deduções	(7.408)	-
Receita bruta	1.109.367	1.304.671
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(18.121)	(36.978)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(83.341)	(74.974)
(-) Encargos regulatórios	(9.514)	(10.545)
(-) Outras deduções	-	(4.506)
Total	998.391	1.177.668

(a) Em junho de 2023, foi publicada a revisão tarifária das concessões da Argo III e Argo IV que, através da Resolução Homologatória nº 3.205/2023, estabeleceu um percentual, em termos reais, de revisão tarifária de -1,89% e -3,55%, respectivamente, para a RAP do ciclo 2023-2024, conforme descrito na nota 1.1 a Companhia ainda aguarda a efetivação da RAP em resolução no próximo ciclo.

27. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(30.801)	(29.828)
Custo de construção	(1.278)	(19.057)
Custo de O&M	-	-
Pessoal	(46.816)	(51.923)
Arrendamentos e aluguéis	(1.349)	(1.197)
Depreciação e Amortização	(2.460)	(3.617)
Seguros	(1.134)	(1.380)
Tributos	(302)	(379)
Materiais	(2.269)	(1.514)
Amortização do direito de concessão	(7.220)	(2.365)
Outras receitas operacionais	(47)	5.342
Contingências passivas	(633)	-
Outros	(7.982)	-
Total	(102.291)	(105.918)

Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(57.794)	(43.453)
Custos de construção	(1.278)	(19.057)
Despesas gerais e administrativas	(37.358)	(46.960)
Outras receitas e despesas operacionais	1.359	5.917
Amortização do direito de concessão	(7.220)	(2.365)

	Controladora	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros	(1.783)	(6.767)
Arrendamentos e aluguéis	-	(51)
Seguros	(53)	-
Tributos	-	(85)
Amortização do direito de concessão	(7.220)	(2.365)
Outras receitas operacionais	(13)	-
Outros	155	(182)
Total	(8.914)	(9.450)
Valores alocados a:		
Despesas gerais e administrativas	(1.681)	(7.085)
Outras despesas e receitas operacionais	(13)	-
Amortização do direito de concessão	(7.220)	(2.365)

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	6.460	11.350
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(388)	(350)
Outras receitas financeiras	575	49
Total	6.647	11.049
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(56)	(37)
Remuneração de partes relacionadas	-	(24.165)
Juros e variação monetária	(25.677)	(25.938)
Outras despesas financeiras	(9.759)	(1.166)
Total	(35.492)	(51.306)
Resultado financeiro líquido	(28.845)	(40.257)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	61.801	74.699
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(2.785)	(2.387)
Outras receitas financeiras	3.858	8.197
Total	62.874	80.509
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(330)	(208)
Remuneração de partes relacionadas	-	(24.165)
Juros e variação monetária	(374.689)	(393.736)
Outras despesas financeiras	(29.593)	(23.646)
Total	(404.612)	(441.755)
Resultado financeiro líquido	(341.738)	(361.246)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDOS

29.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação das despesas com IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido correntes apresentada no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	598.846	575.175	733.221	1.085.649
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(203.608)	(195.560)	(249.295)	(369.121)
Adições permanentes	214.493	212.460	71.684	4.725
Exclusões permanentes	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	60.792	42.932
(+) Outros	(10.885)	(16.900)	(17.556)	172.237
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos			(116.125)	(144.326)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente			(18.250)	(4.901)
Alíquota efetiva	0%	0%	18%	20%

29.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.053.452	(1.894.052)	(840.600)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	14.453	-	14.453
Contratos de Concessão (b)	-	(157.967)	(157.967)
Aquisição Argo IV	9.994	(123.271)	(113.277)
Direito de Concessão	-	(34.068)	(34.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.077.899	(2.209.358)	(1.131.459)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	(10.862)	-	(10.862)
Contratos de Concessão (b)	149.894	(254.688)	(104.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.216.931	(2.464.046)	(1.247.116)

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

30. RESULTADO POR AÇÃO – CONTROLADORA

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	598.846	575.175
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	1.759.420	1.759.420
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	<u>0,3404</u>	<u>0,3269</u>

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Nota	Hierarquia	Controladora 31/12/2023		Controladora 31/12/2022	
			Valor Contabil	Valor Justo	Valor Contabil	Valor Justo
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	153.388	153.388	48.714	48.714
Total			<u>153.388</u>	<u>153.388</u>	<u>48.714</u>	<u>48.714</u>
Custo amortizado:						
Caixa e Equivalência de caixa	4	1	85	85	149	149
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	13.209	13.209	16.894	16.894
Total Ativo			<u>13.294</u>	<u>13.294</u>	<u>17.043</u>	<u>17.043</u>
Outros passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	14	2	14.251	14.251	593	593
Ações preferenciais resgatáveis	18	2	-	-	206.461	206.461
Empréstimos e financiamentos	19	2	182.700	182.700	225.853	225.853
Outros passivos		2	-	-	16.894	16.894
Total Passivo			<u>196.951</u>	<u>196.951</u>	<u>449.801</u>	<u>449.801</u>

	Nota	Hierarquia	Consolidado 31/12/2023		Consolidado 31/12/2022	
			Valor Contabil	Valor Justo	Valor Contabil	Valor Justo
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	529.636	529.636	397.459	397.459
Total			529.636	529.636	397.459	397.459
Custo amortizado:						
Caixa e Equivalência de caixa	4	1	28.214	28.214	25.813	25.813
Contas a receber de clientes	6	2	96.660	96.660	81.233	81.233
Contas a receber (ativo da concessão)	8	2	7.623.758	7.623.758	7.417.876	7.417.876
Contas a receber (partes relacionadas)	23	2	3.220	3.220	3.136	3.136
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	170.071	170.071	157.213	157.213
Total Ativo			7.921.923	7.921.923	7.685.271	7.685.271
Outros passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	14	2	35.778	35.778	27.677	27.677
Ações preferenciais resgatáveis	18	2	-	-	206.461	206.461
Empréstimos e financiamentos	19	2	3.044.812	3.044.812	3.151.392	3.151.392
Debêntures	20	2	566.224	569.139	595.023	598.236
Outros passivos		2	42.875	42.875	20.240	20.240
Total Passivo			3.689.689	3.692.604	4.000.793	4.004.006

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- **Caixa e equivalentes de caixa:** contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

- **Títulos e valores mobiliários:** aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- **Fornecedores e outras obrigações:** o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- **Empréstimos e financiamentos:** são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.
- **Debêntures:** são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIN de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 96.660 (R\$ 81.233 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) fundos vinculados – caixa restrito; e (iv) empréstimos e financiamentos (v); e debêntures.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Controladora			
	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	Entre 37 meses em diante
Fornecedores	4.057	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	182.700	-	-	-
Total	186.757	-	-	-

	Consolidado			
	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	Entre 37 meses em diante
Fornecedores	35.778	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	326.478	76.917	144.742	2.496.675
Debêntures	68.778	34.409	55.928	407.109
Total	431.034	111.326	200.670	2.903.784

31.1 Análise de Sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Controladora:

Operação	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
					75%	50%
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	85	10	7	5
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5	153.388	17.870	13.402	8.935
Fundos restritos	Redução do CDI	10	13.209	1.539	1.154	769
Total			166.682	19.418	14.564	9.709
Financiamentos (*)	Aumento da TJLP	12	182.700	11.967	8.975	5.983
Total			182.700	11.967	8.975	5.983

Consolidado:			Cenário		
Operação	Risco	Total	I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	28.214	3.287	2.465	1.645
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	529.636	61.703	46.277	30.852
Fundos restritos	Redução do CDI	170.071	19.813	14.860	9.908
Total		727.921	84.803	63.602	42.405
Financiamentos	Aumento da TJLP	2.089.723	136.877	102.658	68.438
Financiamentos	Aumento do IPCA	955.088	62.558	46.919	31.280
Debêntures	Aumento do IPCA	566.224	22.083	16.562	11.042
Total		3.611.035	221.518	166.139	110.760

32. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
Seguros - Riscos operacionais	Fator Segurado S/A	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024
Seguros - Equipamentos	Essor	1.783	02/08/2024
Seguros - Frotas	Sompo	Fipe	31/05/2024
D&O	Starr	25.000	25/03/2024

33. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

<u>Transações que não impactaram caixa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compensação de IRPJ	60.336	55.565

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O